

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2002

Florianópolis, Março de 2003

APRESENTAÇÃO

Com o encerramento administrativo e financeiro do exercício de 2002, o CEFET/SC apresenta o Relatório de Gestão, peça integrante da prestação de contas, conforme dispõe a Instrução Normativa TCU nº 12, de 24/04/96 e a Instrução Normativa SFC nº 2, de 20/12/2000, demonstrando a execução dos programas de Governo e programas de trabalho e, indicadores de gestão, evidenciando, também, o desempenho das áreas de ensino, pesquisa e extensão, atividades fim da Instituição, bem como a aplicação dos recursos de convênios e a execução orçamentária e financeira. Assim o CEFET/SC procura demonstrar, de forma consolidada, as conquistas auferidas por toda a diretoria.

Juarez Pontes

Diretor Geral

SUMÁRIO

1 – CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
2 – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO E DE TRABALHO.....	5
2.1 – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO.....	5
2.2 – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO.....	6
2.3 – ENSINO.....	13
2.4 – PESQUISA E EXTENSÃO.....	15
3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	16
4 – RECURSOS DE CONVÊNIOS.....	18
4.1 – PROEP.....	18
4.2 – FUNCITEC.....	19
4.3 – SEMTEC.....	20
5 – MEDIDAS IMPLEMENTADAS COM VISTAS AO SANEAMENTO DE EVENTUAIS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS QUE PREJUDICARAM O ALCANCE DOS OBJETIVOS COLIMADOS.....	21
ANEXOS.....	30

1 - CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC - é uma autarquia instituída nos termos da Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica nos termos da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994, com sua implantação definitiva em 26 de março de 2002, mediante do Decreto Presidencial do mesmo dia. Vinculado ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, o CEFET/SC tem sede e foro na cidade de Florianópolis-SC e tem por finalidade dar formação e qualificação à profissionais de diversas áreas nos vários níveis e modalidades de ensino bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.

O CEFET/SC tem seus objetivos definidos no artigo 3º de seu regimento como segue:

- Ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional;
- Ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- Ministrar ensino médio;
- Ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- Oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- Ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas de educação científica e tecnológica;
- Realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade.

O CEFET/SC tem por missão “*Gerar e difundir conhecimento tecnológico e formar indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.*”

A estrutura organizacional do CEFET/SC, bem como sua natureza, finalidade, características e objetivos seguem um padrão definido pelo MEC para as instituições federais de educação tecnológica. O regimento dessas instituições foi concebido e formalizado no bojo da reforma do ensino estabelecida pela lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Iniciaram em 2002 as primeiras turmas dos cursos superiores de tecnologia nas áreas de Automação Industrial, Design de Produto e Sistemas Digitais, de acordo com as propostas da reforma da educação profissional, colocando o CEFET/SC como mais uma instituição federal gratuita de educação superior em Santa Catarina e com uma nova realidade de ensino, com um currículo moderno, flexível e diferenciado.

Para atingir seus propósitos o CEFET/SC contou com um corpo docente constituído de 378 professores dos quais 338 são do quadro permanente e 40 do quadro temporário (substitutos); do total de docentes cerca de 75% tem pós graduação com 3% de Doutores, 29% de Mestres e 43% de especialistas, além de 21% graduados e 4% com ensino médio.

2 – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO E DE TRABALHO

2.1 - EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina teve participação em quatro programas do Governo da União em 2002, destacando-se o programa “*Desenvolvimento da Educação Profissional*”, relacionado à finalidade da Instituição. Das seis ações desenvolvidas no referido programa, quatro tinham metas estabelecidas, vinculadas aos recursos orçamentários alocados às mesmas – 77% do total do orçamento.

Os resultados alcançados ao longo do exercício, no referido programa, superaram a previsão , excetuando-se a ação “*Funcionamento da Educação Profissional*” em que se conseguiu atingir 87% da meta prevista de alunos matriculados. A definição de alunos a serem atendidos em 2002 baseou-se num possível crescimento na oferta de vagas, o que ocorreu, mas não na quantidade desejada . Contribuiu, também, para a defasagem da meta, a evasão escolar verificada no decorrer do ano – cerca de 7,5%. Nos demais programas a execução das metas depende de definições legais, não representando o desempenho, propriamente dito, da Instituição.

O quadro a seguir demonstra o resultado da execução dos programas de governo em 2002.

Quadro 1
CEFET/SC – METAS DO ORÇAMENTO – 2002

PROGRAMA / Ação	META FÍSICA		DESPESA REALIZADA R\$	
	Unidade de Medida	Quantidade		
		Prevista		Realizada
0044 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 0529 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional	-	-	-	89.107,15
3048 – Capacitação de Docentes e Técnicos da Área Educacional para a Educação Profissional	Profissional capacitado	160	341	75.492,65
2992 – Funcionamento da Educação Profissional	Aluno matriculado	5.071	4.410	22.361.529,85
2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional	Aluno Assistido	200	512	129.576,45
5135 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Inst. Fed. de Ed. Profissional	Área modernizada/ Recuperada – m2	700	1.022	535.276,29
7109 – Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional – PROEP	-	-	-	318.333,22
0791 – VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO				
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado	640	625	585.445,70
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado	400	285	251.785,47
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Criança de 0 a 6 anos atendida	137	110	114.776,81
0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				
0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	-	-	-	16.456,57
0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos	Pessoa beneficiada	262	257	6.067.040,14

TOTAL	30.544.820,30
--------------	----------------------

Fonte: SIAFI e DAP

2.2 - EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO

O desenvolvimento das atividades do CEFET/SC pautou-se no Plano Institucional – 2002/2003, o qual, além das diretrizes e dos objetivos institucionais, apresentava ações prioritárias com a previsão do ano de sua execução e agrupadas em quatro programas: Desenvolvimento Educacional, Interação Escola-Empresa-Comunidade, Infra-Estrutura e Gestão.

No mês de dezembro de 2002 o CEFET/SC realizou um seminário para avaliação da execução do Plano e do processo de planejamento na Instituição. Participaram do evento os Diretores e os Gerentes do Sistema e das Unidades de Ensino, num total de 32 gestores. Dos relatos apresentados e da análise realizada pelos participantes, pode-se extrair algumas conclusões:

- de 53 ações previstas para execução em 2002, cinco não foram iniciadas (9%) e, de cinco ações previstas para conclusão no exercício, todas estavam em andamento; no conjunto tem-se um saldo positivo na implementação do planejamento;
- na maioria das ações os resultados alcançados no ano de 2002 são parciais, tendo em vista que terão continuidade em 2003, como previa o próprio Plano;
- trabalhos importantes foram desenvolvidos e muitas ações foram executadas, apesar de não ter sido possível dimensionar o grau de sua execução;
- as principais dificuldades tem origem em questões estruturais e conjunturais, sendo que em ambos os casos podem ser parcialmente equacionadas pela implementação efetiva de ações previstas no Plano;
- há necessidade de atualizar as diretrizes do planejamento e rever as ações para 2003, bem como e, principalmente, estabelecer metas a alcançar no exercício;
- o processo de planejamento precisa ser aperfeiçoado a partir de sua organização e consolidado na sua prática, respaldado pela efetivação do acompanhamento, controle e avaliação da execução do plano.

Essas e outras conclusões do seminário de avaliação estão orientando a continuidade do processo de planejamento no CEFET/SC em 2003.

Os resultados da execução dos programas de trabalho são demonstrados no quadro seguinte.

Quadro 2
CEFET/SC – EXECUÇÃO DO PLANO INSTITUCIONAL - 2002

PROGRAMA: 01 – DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL						
Nº	AÇÃO	PRODUTO		EXECUÇÃO PREVISTA		SITUAÇÃO DA AÇÃO
		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	2002	2003	
01.01	Dinamização da prática educativa por meio da articulação entre setores pedagógicos das Unidades de Ensino	Reunião realizada	4	XXX	XXX	Em andamento
01.02	Construção do Projeto Pedagógico do CEFET/SC	Documento elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
01.03	Formulação de diretrizes para as Unidades de Ensino das políticas educacionais do CEFET/SC	Documento elaborado	1	XXX		Em andamento
01.04	Adequação da Organização Didática das Unidades de Ensino	Documento elaborado	3	XXX		Em andamento
01.05	Integração entre as Unidades de Ensino sobre o desenvolvimento da reforma do ensino médio e da educação profissional	Seminário Oficina	1 5	XXX	XXX	Em andamento
01.06	Implantação de novos cursos e implementação de cursos de educação profissional de nível básico e técnico, regulares e de extensão	Plano de curso novo elaborado Curso técnico regular implementado Aluno matriculado Curso técnico de extensão implementado Aluno matriculado Estágio curricular promovido Estágio curricular supervisionado Curso básico implementado Certificado expedido	3 19 2.862 13 380 940 40 33 734	XXX	XXX	Em andamento

01.07	Implantação de cursos superiores de tecnologia	Curso tecnológico implantado Aluno matriculado	3 92	XXX	XXX	Em andamento
01.08	Implementação do curso de ensino médio na metodologia de ensino por competências	Curso implementado Fase implantada Aluno matriculado	2 4 1.413	XXX		Em andamento

01.09	Avaliação dos cursos técnicos e do ensino médio organizados por competências	Estudo desenvolvido	-	XXX	XXX	Não iniciada
01.10	Ampliação do número de vagas para os cursos técnicos organizados por competências	Vaga nova oferecida	159	XXX	XXX	Em andamento
01.11	Cooperação técnica para divulgação da reforma educacional em outras instituições de ensino médio e de educação profissional	Curso de capacitação realizado Parceria realizada	8 5	XXX	XXX	Em andamento
01.12	Reconhecimento dos cursos desenvolvidos pelo CEFET/SC	Plano de curso reconhecido Curso técnico reconhecido	1 2	XXX	XXX	Em andamento
01.13	Realização de processo seletivo para ingresso de novos alunos no ensino médio, nos cursos técnicos e tecnológicos	Exame de classificação realizado Vestibular realizado	4 1	XXX	XXX	Em andamento
01.14	Estudos e implantação de cursos de educação profissional na modalidade de ensino à distância	Documento elaborado	4	XXX	XXX	Em andamento
01.15	Estudos e implantação de cursos de educação profissional para PNEs	Estudo realizado	-	XXX	XXX	Não iniciada
01.16	Estudos para a implantação do curso de ensino médio para Jovens e Adultos	Plano de curso elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
01.17	Estudos de viabilidade de implantação de cursos de licenciatura nas áreas de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias	Plano de curso elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
01.18	Estudos para implantação de cursos de formação pedagógica para docentes voltados para o currículo da educação profissional	Plano de curso elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
01.19	Estudos para identificar, nos cursos com altas taxas, as causas da evasão e da reprovação	Estudo realizado	-	XXX	XXX	Não iniciada
01.20	Desenvolvimento de estudos e pesquisas técnico-pedagógicas voltadas ao ensino médio e à educação profissional	Estudo/pesquisa realizada	-	XXX	XXX	Não iniciada
01.21	Unificação do exame de classificação	Audiência pública realizada	3	XXX	XXX	Em andamento

PROGRAMA: 02 – INTERAÇÃO ESCOLA – EMPRESA - COMUNIDADE

Nº	AÇÃO	PRODUTO		EXECUÇÃO PREVISTA		SITUAÇÃO DA AÇÃO
		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	2002	2003	
02.01	Desenvolvimento de projetos em articulação com empresas	Projeto implementado Consultoria realizada Empréstimo de ambientes realizado	14 9 35	XXX	XXX	Em andamento
02.02	Dinamização da relação escola - empresa	Nº de cadastros de oferta de empregos por empresas divulgados	163	XXX	XXX	Em andamento
02.03	Acompanhamento de egressos de cursos técnicos	Projeto implementado	-		XXX	Não iniciada
02.04	Desenvolvimento de projetos sociais e comunitários	Projeto implementado	5	XXX	XXX	Em andamento
02.05	Prestação de serviços à comunidade externa	Evento desenvolvido Atendimento realizado Laudo fornecido Vistoria realizada	10 176 48 153	XXX	XXX	Em andamento
02.06	Desenvolvimento de pesquisa tecnológica aplicada para solução de problemas da comunidade externa	Projeto implementado	41	XXX	XXX	Em andamento
02.07	Realização de eventos educativos e culturais	Evento realizado	6	XXX	XXX	Em andamento
02.08	Ampliação e melhoria da comunicação interna e externa	Boletim Informativo editado Evento realizado Coleta de dados realizada Demanda de informações atendida	25 6 3 58	XXX	XXX	Em andamento

PROGRAMA: 03 – INFRA - ESTRUTURA

Nº	AÇÃO	PRODUTO		EXECUÇÃO PREVISTA		SITUAÇÃO DA AÇÃO
		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	2002	2003	
03.01	Elaboração do projeto de construção do novo prédio da Unidade de Florianópolis do CEFET/SC	Projeto elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
03.02	Construção da primeira etapa do novo prédio da Unidade de Florianópolis	Etapa realizada	-		XXX	Não iniciada
03.03	Ampliação do espaço físico da Instituição	Ambiente coberto	3		XXX	Em andamento
03.04	Reforma, adaptação e recuperação de áreas destinadas às atividades educativas e administrativas	Ambiente adaptado/reformado/recuperado	45	XXX	XXX	Em andamento
03.05	Implementação das ações do PROEP referentes à infra-estrutura física	Material de ensino-aprendizagem adquirido (equip.)	611	XXX	XXX	Em andamento
03.06	Aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário de ambientes destinados às ações administrativas e educativas	Equipamento adquirido	20	XXX	XXX	Em andamento
03.07	Viabilização para tornar os ambientes de aprendizagem mais agradáveis e prazerosos	Ambiente readaptado	12	XXX	XXX	Em andamento
03.08	Ampliação do acervo bibliográfico de unidades de ensino	Exemplar doado	6	XXX	XXX	Em andamento
03.09	Aquisição de veículos	Veículo adquirido	-		XXX	Não iniciada
03.10	Implantação do projeto de segurança contra incêndios	Projeto implementado	-		XXX	Em andamento

PROGRAMA: 04 – GESTÃO

Nº	AÇÃO	PRODUTO		EXECUÇÃO PREVISTA		SITUAÇÃO DA AÇÃO
		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	2002	2003	
04.01	Revisão e adequação da estrutura organizacional do CEFET/SC e suas Unidades de Ensino	Projeto elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
04.02	Revisão e adequação dos processos organizacionais e de atuação do CEFET/SC	Processo implementado	6	XXX	XXX	Em andamento
04.03	Implantação e implementação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto elaborado	1	XXX	XXX	Em andamento
04.04	Acompanhamento, controle e avaliação dos atos de gestão	Controle da execução orçamentária realizada Ato auditado Projeto de pesquisa e extensão cadastrado	4 521 112	XXX	XXX	Em andamento
04.05	Elaboração de projeto para implementar o marketing institucional	Projeto elaborado	1	XXX		Em andamento
04.06	Elaboração do Plano de Capacitação para os servidores do CEFET/SC	Plano elaborado	1	XXX		Em andamento
04.07	Capacitação de pessoal docente: aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado	Professor capacitado	45	XXX	XXX	Em andamento
04.08	Capacitação de pessoal docente: atualização técnico-pedagógica	Professor capacitado	296	XXX	XXX	Em andamento
04.09	Capacitação de pessoal técnico-administrativo: educação básica	Servidor TA capacitado	-	XXX	XXX	Não iniciada
04.10	Capacitação de pessoal técnico-administrativo: atualização e aperfeiçoamento técnico	Servidor TA capacitado	42	XXX	XXX	Em andamento
04.11	Promoção da saúde do servidor	Projeto desenvolvido	1	XXX	XXX	Em andamento
04.12	Apoio ao educando mediante bolsas de trabalho, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e material escolar	Aluno atendido	512	XXX	XXX	Em andamento

04.13	Desenvolvimento e implantação de sistemas de informação	Sistema implantado	5	XXX	XXX	Em andamento
		Sistema implementado	5			
		Sistema desenvolvido	1			
04.14	Adequação e manutenção de sistemas de informação	Sistema legado mantido	5	XXX	XXX	Em andamento
		Sistema em adequação	3			
04.15	Ampliação da infra-estrutura destinada à informatização institucional	Estrutura ampliada	7	XXX	XXX	Em andamento
04.16	Elaboração e implantação do projeto “Programa de Conservação de Energia e Eficiência Energética	Projeto implantado	1	XXX	XXX	Concluída
04.17	Elaboração e implantação do projeto para captação e utilização racional da água	Poço reativado	2	XXX	XXX	Em andamento
04.18	Cooperação técnica à APOLITEC para implantação do Centro Politécnico de Jaraguá do Sul	Evento desenvolvido	3	XXX	XXX	Em andamento
04.19	Realização de concurso público para docentes	Concurso	1	XXX	XXX	Em andamento

Fonte: Diretorias do Sistema e das Unidades de Ensino

2.3 – ENSINO

O CEFET/SC compreende três Unidades de Ensino : Unidade de Florianópolis, que administra, também, a Gerência Educacional de Saúde em Joinville; a Unidade de São José; e a Unidade de Jaraguá do Sul. Oferece cursos de ensino médio e cursos de educação profissional – nível básico (cursos de qualificação), nível técnico e nível superior tecnológico – desenvolvidos de forma regular e em extensão, bem como, em pequena escala, por ensino à distância.

Em 2002 atendeu a 5.144 alunos predominando o atendimento no ensino médio e técnico com 90,5% dos alunos matriculados; o ensino superior tecnológico, recentemente implantado, representou 1,8% na composição da matrícula global.

No total a oferta de vagas para ingresso, em 2002, aumentou 13,0% em relação a 2001, principalmente pela variação positiva no ensino técnico – 15,4% de acréscimo. Na matrícula observa-se um comportamento inverso; ocorreu uma diminuição de 2,3% no total de alunos dos cursos regulares, sendo que no ensino técnico a redução foi de 9,9%

A seguir apresenta-se alguns indicadores, baseados em dados de tabelas anexas ao relatório e cujos método e memória de cálculo também foram pensados.

Quadro 3

INDICADORES DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO ENSINO

INDICADORES	2001	2002
Taxa de resposta à demanda (ingresso)		
Ensino Médio	13,5%	12,2%
Ensino Técnico	20,6%	25,8%
Ensino Tecnológico	-	14,0%
Total	17,5%	19,3%
Índice de eficiência (permanência)		
Ensino Médio	91,4%	95,3%
Ensino Técnico	91,8%	88,3%
Total	91,7%	90,5%
Índice de eficiência (aprovação)		
Ensino Médio	83,9%	82,1%
Ensino Técnico	77,7%	75,2%
Total	79,1%	77,4%
Índice de eficácia no Ensino Técnico	59,5%	53,4%
Coefficiente aluno/professor	13,2	11,7
Taxa de docentes em tempo integral	94,2%	92,9%
Índice de qualificação do corpo docente	51,5%	61,1%
Taxa de docentes com pós-graduação	74,2%	74,9%

Fonte: DAP

Algumas ligeiras variações podem ser observadas nos dois últimos anos:

- a taxa de resposta à demanda melhorou no total, sobretudo no ensino técnico; ao invés de uma melhora, pode representar uma diminuição na procura, ou seja, no número de inscritos ao processo seletivo para ingresso;
- o índice de eficiência – permanência melhorou apenas no ensino médio, indicando um aumento da evasão(abandono) no ensino técnico;
- o índice de eficiência – aprovação mostra uma leve queda no ensino médio e técnico;
- verifica-se, também, uma variação negativa de um ano para outro no índice de eficácia no ensino técnico, indicando redução no número de alunos que concluem, com êxito, os cursos técnicos no tempo regulamentar;
- houve um aumento significativo no índice de qualificação do corpo docente.

Na gestão do ensino, entretanto, algumas ações desenvolvidas em 2002 são relevantes, entendendo-se que, a curto e médio prazos, resultarão em melhoria da atividade fim na Instituição:

▪ **Construção do Projeto Político Pedagógico do CEFET/SC:**

Abordar a educação relativa à qualidade do sistema educacional, é comprometer-se com um processo sistemático e dinâmico de ensino e aprendizagem para o CEFET/SC. Nesta perspectiva esta-se construindo o PPP para uma melhoria contínua do processo educativo.

Em 2002 foi constituída uma comissão central que está norteando toda a proposta de trabalho. A participação foi da comunidade em geral. Dentro das etapas propostas, o Marco Referencial foi discutido resultando em desafios, princípios e diretrizes para o CEFET/SC, tendo-se um caminho bem trilhado. As etapas seguintes ao Marco Referencial estão sendo coletivamente estudadas.

▪ **Implantação de Cursos Superiores de Tecnologia:**

Após a Escola Técnica Federal de Santa Catarina ter sido transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, fato ocorrido em março de 2002, buscou-se implantar cursos superiores de tecnologia que já estavam sendo discutidos pela comunidade escolar.

Dentro de uma visão integradora entre educação e mundo do trabalho, de inovação constante, o CEFET/SC implantou três cursos superiores de tecnologia em 2002, quais sejam: Automação Industrial, Design de Produto e Sistemas Digitais, podendo o aluno após a conclusão e expedição do respectivo diploma prosseguir em cursos de pós-graduação. Destaca-se a importância do CEFET/SC oferecer graduação superior, oportunizando à sociedade cursos gratuitos que atendam às necessidades dos alunos, professores e às demandas do mundo do trabalho.

▪ **Cooperação Técnica Para Divulgação da Reforma Educacional Em Outras Instituições de Ensino Médio e de Educação Profissional:**

É através do aprimoramento contínuo que se convalida todo o esforço que foi despendido na implantação da reforma educacional; dessa forma um novo enfoque passou a agregar outros valores à nossa Instituição. Esta cooperação técnica resultou em parcerias com outros CEFETs para divulgar a reforma da Educação Profissional. Um grupo de professores do CEFET/SC estudou e organizou cursos/seminários sobre o desenvolvimento de currículo por competências, socializando para outras instituições. Os CEFETs atendidos foram: Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima e Vitória. Com isso, o CEFET/SC busca um competente e eficaz programa de educação e capacitação, que além de socializar, possibilita a troca de experiências para aperfeiçoar nosso processo.

▪ **Reconhecimento dos Cursos Desenvolvidos Pelo CEFET/SC:**

Cada vez mais é exigido do CEFET/SC que explicita sua função social e sua proposta educativa, indicando com clareza o perfil do profissional e do cidadão que se deseja preparar, validando assim, seus projetos de curso. Buscou-se apresentar os projetos elaborados por comissões de professores ao MEC, para que o mesmo possa proceder o reconhecimento, validando assim, os diplomas dos nossos alunos, como também o registro pelos conselhos competentes. Foram encaminhados, em 2002, os projetos dos cursos de Enfermagem e Radiologia Médica, o qual ainda estão em processo de análise e revisão.

▪ **Integração Entre as Unidades de Ensino Sobre o Desenvolvimento da Reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional:**

A integração entre as Unidades de Ensino do CEFET/SC - Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul - fortaleceu a troca de experiências e propiciou a socialização das atividades desenvolvidas, através de Seminário e Oficinas realizadas ao longo do ano. Essas reuniões foram importantes porque geraram alternativas de rumos para professores, alunos e projetos significativos.

2.4 - PESQUISA E EXTENSÃO

No ano de 2002 o CEFET/SC implementou ações no sentido de possibilitar cada vez mais a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes da Instituição e a consolidação de práticas relativas a essas áreas, podendo ser destacadas:

- *Implementação de processos para encaminhamento, registro e acompanhamento de projetos de pesquisa e extensão*
- *Credenciamento do CEFET/SC no Ministério de Ciência e Tecnologia como instituição de P&D na área de tecnologia da informação*
- *Participação de edital, com aprovação, para instalação de incubadoras de empresas MEC e SEBRAE*
- *Participação de edital, com aprovação, para a instalação de agência de articulação MEC SEBRAE*

Dentre as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas em 2002, pode-se destacar:

- Projeto para o desenvolvimento do ensino a distância, em parceria com a Fundação Vitae;
- Implementação de um programa de conservação de energia e eficiência energética com inserção curricular também em parceria com a Fundação Vitae, como agente financiador;
- *Projeto de Pesquisa DIGISTAR:*
Este projeto foi realizado em 08 etapas por uma equipe de professores da Unidade de Ensino de São José visando ao desenvolvimento de tecnologia da informação para uma empresa sediada na região da Grande Porto Alegre.
- *Projeto de Pesquisa TRACTEBEL:*
Projeto realizado na área de conservação de energia para pesquisa de correntes induzidas na carcaça de transformadores; este projeto foi desenvolvido em 12 etapas por professores da Unidade de Ensino de São José e permitiu a contratação de mais um projeto intitulado Projeto Pesquisa Tractebel - BACNET FASE II com mais 12 etapas.
- Projeto de pesquisa em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – intitulado Correção Ativa do Fator de Potência;

3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2002 o orçamento do CEFET/SC, com dotação inicial de R\$ 27.090.985,00, sofreu alterações no decorrer do exercício, que resultaram num incremento de 15,9% em relação à dotação inicial. Proporcionalmente, a variação maior deu-se em *outras despesas correntes e de capital - OCC* (32,2%), que pode ser explicada pelo aporte , durante o exercício, de recursos do PROEP e de receita própria (convênio com o Governo do Estado), além de recursos oriundos de emenda parlamentar para os CEFETs.

Quadro 4

CEFET/SC – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2002 GRUPOS DE DESPESA E ORIGEM DOS RECURSOS

GRUPO DE DESPESAS	2001		2002	
	Dotação Inicial		Dotação Inicial	
	Dotação final Despesa Realizada	%	Dotação final Despesa Realizada	%
Pessoal e Encargos Sociais - Ativos	16.599.409,00		18.688.226,00	
	17.432.672,04		20.428.730,00	
	17.432.672,03	100,0	20.428.730,00	100,0
Benefícios	830.379,00		1.088.722,00	
	914.907,00		981.312,00	
	896.911,17	98,0	952.007,98	97,0
Aposentadorias e Pensões	5.162.832,00		4.863.224,00	
	5.535.329,00		6.743.823,00	
	4.954.324,26	89,5	6.067.040,14	90,0
Precatórios	1.000.773,00		12.638,00	
	1.000.773,00		12.638,00	
	1.000.773,00	100,0	12.637,72	100,0
Outras Despesas Correntes	2.433.900,00		2.128.175,00	
	2.442.543,96		2.339.379,20	
	2.382.334,21	97,5	2.230.794,95	95,3
Despesas de Capital	407.704,00		310.000,00	
	407.704,00		565.000,00	
	354.312,94	86,9	535.276,29	94,7
Convênio MEC/PROEP/ETFSC (Capital)	0,00		0,00	
	733.836,36		318.333,22	
	733.836,36	100,0	318.333,22	100,0
TOTAL	26.434.997,00		27.090.985,00	
	28.467.765,36		31.389.215,42	
	27.755.163,97	97,5	30.544.820,30	97,3
ORIGEM DOS RECURSOS				
Recursos do Tesouro	26.427.317,00		27.083.173,00	
	28.460.085,36		31.111.403,42	
	27.751.294,38	97,5	30.301.192,73	97,4
Receita Própria	7.680,00		7.812,00	
	7.680,00		277.812,00	
	3.869,59	50,4	243.627,57	87,7

Fonte: SIAFI e DAP

Da dotação orçamentária final, 89,7% foram destinados a despesas diretas e indiretas com *peçoal* (ativos, inativos e benefícios) e 10,3% para *outras despesas correntes e de capital*.

A execução da despesa total foi de 97,3%, sendo o saldo orçamentário de R\$ 844.395,12, dos quais R\$ 706.087,16 são referentes a *peçoal* e R\$ 138.307,96 a *OCC*. Cabe esclarecer que as recursos referentes a *peçoal* são definidos e administrados pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO do MEC, enquanto que os de *outras despesas correntes e de capital* são de gestão do CEFET/SC. Assim, dos recursos sob sua responsabilidade gerencial, a Instituição realizou despesas correspondentes a 95,7% da sua dotação final.

Comparando-se a execução orçamentária e financeira nos dois últimos anos, verifica-se que os resultados gerais são semelhantes – 97,5% em 2001 e 97,3 em 2002; nos resultados parciais observa-se melhoria na execução do grupo *despesas de capital* – 86,9% em 2001 e 94,7% em 2002.

Quadro 5
INDICADORES DE DESEMPENHO NOS GASTOS

INDICADORES	2001	2002
% de gastos com pessoal	87,5	89,9
% de gastos de pessoal com ativos	73,4	77,9
% de gastos de pessoal com inativos	20,4	22,1
% de gastos de pessoal com precatórios	4,1	0,0
% de gastos com outros custeios	8,6	7,3
% de gastos de outros custeios com custeio básico	14,8	19,3
% de gastos com investimentos	3,9	2,8
% de gastos com investimentos em relação a OCC	31,4	27,7
% de gastos com outras fontes	0,0	0,8
% de gastos com convênios	2,6	2,1
Gastos com locação de mão-de-obra por m2 construído	R\$ 11,16	R\$ 13,95
Gastos com energia elétrica por m2 construído	R\$ 5,40	R\$ 6,73
Gastos com diárias e passagens por docente em exercício	R\$ 775,03	R\$ 674,30
Gastos com diárias e passagens por servidor em exercício	R\$ 460,02	R\$ 401,40
Gastos totais por aluno	R\$ 6.167,80	R\$ 6.926,26
Gastos de pessoal por aluno	R\$ 5.396,60	R\$ 6.226,85
Gastos correntes por aluno (sem inativos e precatórios)	R\$ 4.602,60	R\$ 5.353,22
Gastos correntes por aluno (com inativos e precatórios)	R\$ 5.926,00	R\$ 6.732,70
Gastos de capital por aluno	R\$ 241,80	R\$ 193,56

Fonte: DAP

Na ausência de parâmetros nacionais como referência para comparações, pode-se cotejar o resultados ocorridos na própria Instituição, nos últimos dois anos. Em relação ao exercício de 2001 os indicadores em 2002 demonstram que:

- apesar do incremento na dotação orçamentária de um exercício para outro, os gastos com *outras custeios* e com *investimentos (capital)* foram menores em 2002, proporcionalmente;
- no grupo *outras custeios* houve redução nas despesas com diárias e passagens e aumento nos gastos com locação de mão-de-obra e com energia elétrica;
- os gastos totais por aluno aumentaram 12,3% em 2002, enquanto que as despesas totais cresceram 10,0% de um ano para outro; pesou na variação dos gastos por aluno o aumento nas despesas com *peçoal*, que foi de 17,9% de 2001 para 2002.

4 - RECURSOS DE CONVÊNIOS

4.1 - PROEP

O CEFET/SC, em 2002, desenvolveu ações do PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional - uma das ações dos Programas de Governo com o objetivo de financiar a implantação da reforma da Educação Profissional. O Convênio MEC/PROEP/ETFSC nº 130/98, foi firmado em 28 de dezembro de 1998, no valor global de R\$ 1.977.240,48, porém com início da sua execução apenas em 1999. Em 2000, o segundo termo aditivo alterou a vigência para 38 meses a contar da data da sua assinatura e especificou a dotação orçamentária de R\$ 765.130,07, para aquele exercício. Em 2001, após uma análise dos custos previstos, o CEFET/SC obteve uma revisão dos valores no convênio, totalizando a partir daquele ano, R\$ 2.351.802,16. Para 2002, o quinto termo aditivo, publicado no DOU de 11 de outubro de 2002, alterou a vigência para 70 meses a contar de sua assinatura com o valor da dotação orçamentária global de R\$ 2.698.384,16.

Quadro 6
PROEP - ORÇAMENTO DISPONÍVEL/ANO

ANO	VALOR
1999	1.977.240,48
2000	1.977.240,48
2001	2.351.802,16
2002	2.698.348,16

Fonte: DAP

O projeto beneficia a Unidade de Ensino de Florianópolis na área Técnico-Pedagógica com 1.309 equipamentos, 2.300 livros, 170 softwares e capacitação para 20 professores e, na área Gestão Escolar, com 41 equipamentos e capacitação de 35 profissionais. Desses totais, o CEFET/SC adquiriu 1.014 equipamentos, atendendo as duas áreas, demonstrando uma execução de 75%, possibilitando de certa forma a implantação de novos cursos, Técnicos e Tecnológicos, também previstos no projeto.

No exercício de 2002, o CEFET/SC pretendia a execução total do convênio, ação esta limitada pelo quantitativo orçamentário autorizado para o exercício, que foi de R\$ 836.000,00. Como o PROEP restringe a aquisição de produtos cotados acima do previsto no projeto, e considerando que a revisão dos valores ocorreu em fevereiro de 2002, com a liberação dos recursos apenas a partir da assinatura do termo aditivo, ocorrido em meados de outubro, a execução ficou de certa forma prejudicada. Em 2002 foram utilizados R\$ 318.333,22 do total do aditivo, caracterizando uma execução de 38,1% no exercício, e a aquisição de 356 equipamentos dos 594 propostos, perfazendo 59,4%.

Gráfico 1

EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2002 38,1%

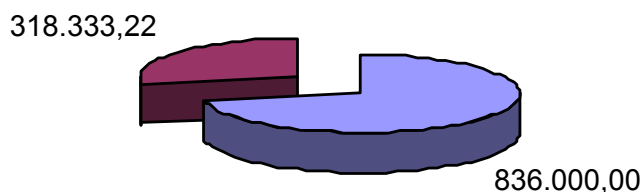
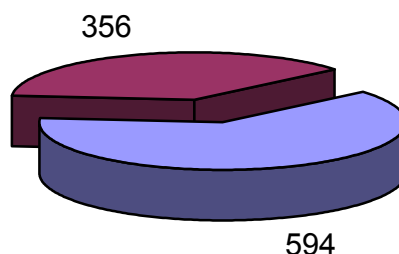


Gráfico 2

EXECUÇÃO FÍSICA EM 2002 59,93%



Fonte: DAP

4.2 - FUNCITEC

O CEFET/SC, no exercício de 2001, encaminhou projeto à FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina, o que possibilitou, em 2002, firmar convênio com objetivo de aporte financeiro de R\$ 270.000,00 na aquisição de equipamentos, mobiliário e softwares para equipar os laboratórios, a estação meteorológica e a sala de operações meteorológicas no auxílio à implantação do curso técnico de Meteorologia.

O curso pretende atender o Sistema Estadual de Meteorologia e Hidrologia de Santa Catarina, bem como o Sistema Nacional de Climatologia, Meteorologia e Hidrologia. O CEFET/SC através do curso de Meteorologia, visa à qualificação de 20 profissionais por semestre, os quais, dentro de suas atribuições legais, serão capazes de fazer registros de dados e informações meteorológicas e climatológicas e estarão qualificados para desenvolver as atividades inerentes à profissão.

O projeto, compreendendo 4 metas, previa a aquisição de 146 itens, com uma execução de 129, atingindo desta forma 88,4% do total. No quadro abaixo, está demonstrado o quantitativo por meta:

Quadro 7
CONVÊNIO FUNCITEC – EXECUÇÃO FÍSICA POR META

META	ITENS		% DE EXECUÇÃO
	Previsto	Executado	
01 – Implantação do laboratório de equipamentos e instrumentos meteorológicos	18	15	83,3
02 – Implantação da estação meteorológica convencional de superfície	22	21	95,5

03 – Implantação do laboratório de aplicativos computacionais para meteorologia	89	78	87,6
04 – Implantação da sala de operações meteorológicas	17	15	88,2
TOTAL	146	129	88,4

Fonte: DAP

Do total dos recursos disponibilizados no convênio, o CEFET/SC executou o valor de R\$ 240.821,27, representando 89,2%. Os recursos não utilizados serão devolvidos ao Governo do Estado de acordo com a legislação.

4.3 - SEMTEC

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, obteve, em 2002, através de convênio, transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 100.000,00, consignados em emenda parlamentar coletiva, destinados à ação “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional”.

O CEFET/SC sofreu uma redução do valor alocado em Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC), na ordem de 14% em relação a 2001, o que causou problemas principalmente nas despesas com Locação de Mão-de-Obra, nos serviços de limpeza e conservação e de vigilância patrimonial. As despesas com esta finalidade tiveram sensíveis aumentos, pelo seu custo intrínseco e pela necessidade de ampliação dos serviços, com aumento do número de postos de trabalho na vigilância e implantação dos serviços de limpeza na Unidade de Jaraguá do Sul e Gerência de Joinville. Assim, os gastos nesses serviços, que em 2000 foram de R\$ 269.000,00, passaram para R\$ 351.000,00 em 2001 e em 2002 totalizaram R\$ 450.820,85. Dos recursos do convênio foram aplicados R\$ 89.107,15 correspondendo a 89,1%.

5 - MEDIDAS IMPLEMENTADAS COM VISTAS AO SANEAMENTO DE EVENTUAIS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS QUE PREJUDICARAM O ALCANCE DOS OBJETIVOS COLIMADOS.

Com referência a este aspecto, o CEFET/SC, em 2002, implementou ações no sentido de regularizar disfunções estabelecidas há vários anos. As referidas ações já foram apresentadas em momentos anteriores aos órgãos de controle interno e externo. Convém salientar que os pontos referente a patrimônio, controle de frequência dos servidores, cessão de servidores do CEFET/SC para assumir cargos de diretoria na Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina – FETESC, já sofreram alterações em seus procedimentos, como segue:

- *Controle Patrimonial Efetivo:*
Os trabalhos estão em andamento de acordo com o cronograma estabelecido, com aproximadamente 90% dos bens levantados e etiquetados.
- *Controle Efetivo da Frequência dos Servidores:*
Por determinação do Diretor Geral, os servidores passarão a registrar o ponto, através de controle eletrônico, a partir de março de 2003.

■ Cessão de Servidores para assumir cargos de diretoria na FETESC:

As providências estão sendo tomadas para a substituição do atual Diretor executivo da FETESC, por outro colaborador que não pertença ao quadro de servidores ativos do CEFET/SC.

A seguir estão apresentadas as providências adotadas referente aos pontos levantados pelos órgãos de controle. As informações a seguir já foram apresentadas em momento anterior, como segue:

A - Em atenção ao ofício N° 420/2002/GAB - SECEX/SC, onde nos foi concedido prazo de 15 dias para apresentar razões de justificativa acerca das questões postas, temos a relatar o que segue.

- a) Concessão de carga horária reduzida de professores, para frequentar cursos de pós-graduação, sem avaliação da Comissão Permanente de Pessoal Docente.**

Com o advento da Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, cujos § 2° do art.36 e os arts. 39 a 42 foram regulamentados pelo Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997, a Educação Profissional de nível técnico passou a ter organização curricular independente do Ensino Médio. **Para as Escolas**

Técnicas e os Centros Federais de Educação isso implicou numa mudança significativa, pois até então os Cursos Técnicos de Nível Médio eram oferecidos de forma integrada com o Ensino Médio, e tinham duração que variavam de três (03) a quatro (04) anos. A Portaria Ministerial nº 646, de 14 de maio de 1997, que regulamentou o Dec. 2.208/97, em seu art.1º determinou que a rede federal de educação tecnológica teria um prazo de até quatro anos para implantar as modificações propostas.

A **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**, em seu art. 3º transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica e foi regulamentada pelo Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 que em seu art. 4º estabelece os objetivos dos CEFET's.

Art. 4º Os Centros Federais de Educação Tecnológica, observada as características definidas no artigo anterior, têm por objetivos:

- I – **ministrar cursos de qualificação profissional** ;
- II – **ministrar ensino técnico** ;
- III – **ministrar ensino médio**;
- III – **ministrar ensino superior** ; dentre outros.

A Escola Técnica Federal de Santa Catarina, em atendimento a legislação vigente, separou o Ensino Médio da Educação Profissional e, em março de 2000 iniciou as primeiras turmas do Ensino Médio e os Cursos Técnicos separados. Como a ETF-SC possui 102 professores de formação geral em seu quadro, estes, na grande maioria, só podem dar aulas no ensino médio. Como estamos no segundo ano de implantação dessa nova modalidade, é lógico que um grande número de professores ficassem com carga horária reduzida ao longo desse período. Como estávamos às vésperas da implantação efetiva do CEFET, o que nos possibilitaria oferecer **ensino superior** o que passa a exigir formação acadêmica adequada de nossos quadros, não tivemos nenhuma dúvida em aproveitar uma oportunidade ímpar para capacitar nossos professores, que foi justamente o momento da transição. Ocorre que, só podem requerer oficialmente afastamento para capacitação, via CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente, os professores com matrícula regular nos cursos de pós-graduação (**doc.01**). Aqueles que conseguem iniciar o curso como alunos especiais, ouvintes, não gozam dessa prerrogativa. Nesta condição é, que, amparados no § 2º do art. 12 da Resolução nº 06, de 24 de fevereiro de 1997 do Conselho Superior (**doc.02**), os Gerentes Educacionais juntamente com o Diretor da Unidade permitiram a participação dos professores nos cursos de pós-graduação, não como redução de carga horária, e **sim para complementar a carga horária do professor**, o que é completamente diferente do que fora apontado no item em análise, e estes horários são públicos, pois consta do seu quadro de aulas, o que nos permite acompanhar as atividades, implementando assim, estratégias adequadas ao seu desenvolvimento técnico-pedagógico.

Considerando o Decreto nº 2.794, de 1º de outubro de 1998, que trata do Plano Nacional de Capacitação do Servidores Públicos, a Direção agiu em consonância com o a boa prática administrativa, observando o princípio da economicidade pois os professores não ficaram sem atividade e a capacitação tão necessária e definida como uma prioridade pelo Conselho Diretor do CEFET/SC (**doc.03**) não impôs a Instituição nenhum tipo de desembolso financeiro.

b) cessão, de fato, ainda que parcial, de servidor do CEFET/SC para exercer cargo de direção na FETESC, contrariando o disposto no art. 4º da Lei nº 8.958/94;

A FETESC é uma fundação de apoio ao CEFET/SC, constituída legalmente e reconhecida pelo Conselho Diretor, órgão máximo e deliberativo como instrumento de apoio às atividades de extensão e pesquisa da instituição. (**doc.04, 05, 06**)

Para que a Fundação não tenha seus objetivos deturpados e se mantenha em consonância com as políticas do CEFET/SC, seu estatuto prevê, sabiamente, no Art. 20, Parágrafo Único, que o Diretor Geral nomeará um servidor como Diretor Executivo da FETESC e o seu Conselho de Curadores, órgão máximo da Fundação, constituído por representantes do corpo docente, técnico administrativo e corpo discente, além dos gerentes educacionais.

O Diretor Executivo, é um professor designado pelo Diretor Geral, porém em hipótese alguma há possibilidade de prejuízo de suas atividades no CEFET/SC. Para tanto, a Fundação conta em seu quadro de pessoal com um Gerente Administrativo e Financeiro, uma secretária executiva e três administrativos.

O professor Ênio Miguel de Souza cumpre diariamente jornada muito superior a de um professor de 40h/DE, pois além de acompanhar a Fundação está lotado na Gerência Educacional da Construção Civil onde ministra suas aulas (doc.07) e também responde pela coordenação dos programas Integrar e Recomeçar autorizados pela SEMTEC/MEC. (doc.08 e 09)

Sua condição de Diretor Executivo é por tempo determinado, caracterizando uma atividade esporádica, pois o prazo máximo de permanência é o mandato do Diretor Geral, o que não é o caso do professor Ênio, pois o mesmo assumiu a função em 02/01/2001, e o prazo para deixá-la é dezembro de 2003.

A relação do CEFET/SC com a comunidade e o mundo produtivo não se dá via Fundação e sim através da **Diretoria de Relações Empresariais**, a quem compete organizar todas as atividades de extensão, acompanhar os projetos e fazer a avaliação dos mesmos, o que permite ao Diretor Executivo da FETESC desenvolver suas atribuições na Fundação sem prejuízo das suas atividades no CEFET/SC. A questão da especialidade se justifica exatamente pelo fato de ser um professor que conhece profundamente o CEFET/SC, pois conta com 22 anos de efetivo serviço docente, sem considerar o tempo como aluno.

Pelo exposto, o CEFET/SC e a FETESC convivem em harmonia sem que haja nenhum risco da Fundação deixar de cumprir o seu verdadeiro papel, e que as atividades desempenhadas pelos servidores do CEFET/SC venham a ser prejudicadas.

c) ausência de providências quanto a participação dos servidores do CEFET/SC, João Geraldo Fidélis e Sérgio dos Santos Souza, na administração de sociedade civil, contrariando o disposto na Lei nº 8.112/90, arts.117, inciso X, e 143;

Gostaríamos de esclarecer que não se trata de omissão por parte da Direção, o que realmente ocorreu foi uma questão de entendimento do fato, pois a dita sociedade civil em foco é uma Cooperativa de Crédito dos Servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/SC e da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o que sempre nos deixou tranqüilo, pois estávamos convíctos de que o caso em apreço não constituía uma ilegalidade tendo em vista que existem inúmeras Cooperativas de Crédito espalhadas pelo Brasil, inclusive dos servidores do judiciário .

O cuidado que sempre tivemos foi no sentido de que as atividades da Instituição não fossem prejudicadas , em hipótese alguma. Nos parece normal que uma Cooperativa seja comandada pelos seus cooperados, pois seu próprio estatuto assim o determina.

O período de participação no Conselho de Administração é determinado e os cargos são ocupados em eleição, conforme as normas estabelecidas pelo Banco Central.

No caso dos servidores em questão, cabe esclarecer que o Sr. João Geraldo Fidélis já concluiu o seu mandato e hoje a função é desempenhada pelo Sr. Sérgio dos Santos Souza, que após tomarmos conhecimento do apontado pelos auditores, chamamos para uma conversa de esclarecimento e o mesmo imediatamente solicitou alteração do seu regime de trabalho, de acordo com a Medida Provisória nº .2.174, de 24 de agosto de 2001, em seu art. 17 , que permite a participação do servidor na gerência ou administração de Sociedades Mercantis ou Civis durante o período que estiver submetido a jornada reduzida. **(doc.10)**

d) falta de adequado controle de freqüência de servidores, conforme determina o Decreto nº 1.590, de 10/08/1995, com as alterações introduzidas pelos Decretos nº 1.867, de 17/04/1996 e nº 1.927, de 13/06/1996.

Realmente o controle de freqüência dos servidores não vem sendo feito em conformidade com a alteração introduzida pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996. No entanto, cabe fazer alguns esclarecimentos que julgamos fundamentais, conforme segue:

a) o controle de freqüência e assiduidade dos **professores** é feito por um mecanismo muito eficiente, através de servidores denominados assistentes de alunos que registram, não somente as faltas mas também as chegadas tardias e saídas antecipadas dos professores, encaminhando diariamente um relatório à Gerência a qual o professor está vinculado. Este método, apesar de simples, é extremamente eficaz pois aluno fora de sala de aula significa professor ausente, o que não será garantido pelo fato de o professor ter registrado sua chegada na Instituição com o cartão ponto. A carga horária dos professores, assim como a distribuição das aulas e atividades complementares (participação em cargos e funções gratificadas, reuniões, capacitação, projetos de interesse da Instituição, entre outras) é disciplinada pela resolução nº 06, de 24 de fevereiro de 1997, do Conselho Superior, que determina como se dá a composição da carga horária do professor. Todas as suas atividades constam de seu horário, o que é tornado público e cabe ao gerente e ao coordenador do curso acompanhar o cumprimento do estabelecido. Como nossas Escolas são de construção bastante antiga não dispomos de espaço físico suficiente para proporcionar a cada professor um ambiente adequado para que o mesmo possa desenvolver as atividades inerentes ao magistério; como preparar suas aulas, corrigir suas provas e relatórios, o que acaba sendo feito em casa. Pelo exposto fica claro que nossos professores cumprem aquilo que lhes é determinado, e quando não estão em atividade podem ausentar-se da Instituição.

Cabe aproveitar a oportunidade e esclarecer que o índice de ausência às aulas e às atividades estabelecidas é muito pequeno em nossa Instituição, não chegando a ser perceptível ou em número que venha a prejudicar os

alunos, pois o professor só pode dar o semestre por encerrado se cumprir todas as aulas previstas. Com a edição da Lei nº 10.405, de 09 de janeiro de 2002, que estabelece a Gratificação de Incentivo a Docência - GID, que vincula o valor da gratificação diretamente ao número de aulas ministradas pelo professor (**aqueles que estão com poucas aulas recebem menos**), nos possibilita distribuir um número bastante razoável de aulas aos professores sem que haja nenhum tipo de reação adversa.

b) **Servidores Técnicos Administrativos** – neste caso o controle vem sendo realizado com a folha ponto, o que está em vias de ser alterado, com a implantação do controle eletrônico.

Desde há muito a Instituição vem se preparando para implementar o controle eletrônico de ponto, o que está sendo providenciado com a informatização do setor de Recursos Humanos, a aquisição do dispositivo de identificação (crachá) e toda a rede de registradores. Ocorre que o CEFET/SC sempre teve um orçamento apertado para investimento, e a prioridade dada para a aquisição de equipamentos para os laboratórios, que não são poucos. Hoje o CEFET/SC oferece 21 cursos Técnicos e três (03) de nível superior de Tecnologia num total de 101 (cento e um) laboratórios (**doc. 11**), atendendo em média, por ano, 4.500 alunos. Nossa prioridade nunca foi investir em equipamento de controle de frequência, pois os mecanismos utilizados até então nos permitiram manter as atividades em pleno funcionamento. Outro ponto a ser considerado é o fato do CEFET/SC funcionar das 7horas às 22h30min, de segunda a sexta-feira e aos sábados das 7horas às 11h30min sem interrupção. Se formos aplicar o rigor da lei teremos dificuldades para distribuir nossos servidores para manter os setores funcionando nos três turnos.

Estamos apresentando ao Conselho Diretor do CEFET/SC uma proposta de horário para que possamos resolver os possíveis problemas que teremos com a instalação do registro eletrônico de frequência. Esperamos estar com tudo regularizado no mais breve espaço de tempo possível.

e) **falta de adequado controle patrimonial – inventário atualizado, correção dos respectivos registros contábeis e movimentação de bens, segundo a legislação aplicável, em particular a Lei nº 4.320/64;**

O CEFET/SC iniciou a regularização do patrimônio desde o final de 2000. Na mudança do exercício o sistema (software LABO) que era utilizado até então para controle do patrimônio (LABO), desenvolvido no próprio CEFET/SC, deixou de operar com o BUG do milênio.

O CEFET/SC implementou então um novo sistema recomendado pela SEMTEC (SAP – Sistema de Administração de Patrimônio), com base ACCESS. Dado a diferença de configuração entre os sistemas, O CEFET/SC efetuou levantamento patrimonial e posterior digitação de todos os itens.

Em 1999 uma comissão nomeada pela portaria nº 540, de 04 de novembro de 1999 (**doc.12**), iniciou os trabalhos para apurar as diferenças entre contabilidade e patrimônio, retroagindo a investigação até o ano de 1995. No final de 2001 o setor de patrimônio iniciou processo de alteração de classificação de alguns materiais (processo nº 23145.000109/2001-97), que antes eram considerados materiais permanentes e, com a Norma de Execução/CCONT/STN nº 4 de 31/10/97, foram reclassificados como bens de consumo.

Estamos iniciando levantamento patrimonial com aplicação de novas etiquetas de identificação dos bens e posterior conclusão da apuração das diferenças apontadas entre patrimônio e contabilidade. A regularização completa do patrimônio deverá estar concluída em janeiro de 2003. Informamos também, que a conclusão dos trabalhos encontra-se em atraso tendo em vista o afastamento do coordenador de patrimônio por problemas de saúde desde abril deste ano, devendo retornar as atividades a partir de 10 de outubro.

f) **falta de providências quanto ao não cumprimento do regime de trabalho com Dedicção Exclusiva do professor Rogério Mello, o qual exerce outra atividade remunerada, a advocacia, desde 1996.**

O professor Rogério Mello vem prestando atividades administrativas junto ao gabinete da Direção Geral desde setembro/1999, cumprindo regularmente sua jornada diária de trabalho. Além disso, ministra regularmente suas aulas junto à Gerência de Eletrotécnica. Os horários das aulas são publicados pela própria Gerência a que o professor está vinculado. O mesmo professor tem participado, também, de diversas outras atividades dentro da Instituição, tais como:

- relatoria de estágios de alunos formados no Curso Técnico de Eletrotécnica;
- membro titular da Comissão Permanente de Pessoal Docente (Portaria nº 577); **(doc. 13)**
- membro de diversas Comissões de Sindicância e de Processo Disciplinar (Portarias nº 301, 163, 223, 226, 146, 185, 264, 284); **(doc. 14 a 21)**
- membro da Comissão Permanente de Licitação (portaria nº 095). **(doc.22)**

Os documentos que comprovam a participação do professor Rogério Mello nas atividades listadas estão anexados a esta peça.

Deve ser evidenciado que o professor Rogério sempre apresentou espírito de colaboração e dedicação à Instituição, nunca tendo se negado a participar de qualquer atividade para a qual tenha sido nomeado ou convidado, independentemente dos dias e horários em que as atividades tenham sido desenvolvidas.

Não temos, no entanto, informações quanto à eventual participação do prof. Rogério em alguma outra atividade fora da Instituição. Se isto ocorre, com certeza está acontecendo fora dos horários que o prof. Rogério dedica à Instituição, uma vez que sempre cumpriu com eficiência e assiduidade suas atividades letivas e administrativas, inexistindo qualquer prejuízo à Instituição ou a seus alunos. Anexo, ainda, Declaração da Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEFET/SC dando conta que o número de faltas do referido professor nos últimos seis anos é irrisória, quase a totalidade justificadas e que de 1998 até a presente data nada consta.

Sempre tive conhecimento que o prof. Rogério é advogado, além de engenheiro eletricista, e o convidei para desenvolver atividades administrativas junto ao gabinete da Direção Geral justamente pela sua competência e pela sua ampla formação acadêmica, o que o qualifica como um bom colaborador. Sei, também, que o mesmo não possui escritório constituído fora da Instituição. Além disso, quando o convidei para assumir atividade administrativa junto ao gabinete da Direção Geral fiz questão de esclarecer que a dedicação seria integral e qualquer atividade informal eventualmente existente fora da Instituição estaria inviabilizada, com o que concordou. Finalizo reiterando que o prof. Rogério tem se revelado um bom colaborador, desempenhando com dedicação suas atividades letivas e administrativas.

B - Vimos a presença de Vossa Senhoria, em atenção à Solicitação de Auditoria nº 107022/3 e 107022/4, de 13/12/2002, informamos que:

Solicitação de Auditoria nº 107022/3:

1. Controle de Gestão:

Através de atuação do TCU, foi solicitado que fossem apresentadas justificativas quanto aos seguintes pontos:

a) Regularização da diferença entre o inventário de bens móveis e SIAFI.

Relativamente a este ponto, foi identificada diferença entre o inventário físico e financeiro da ordem de R\$148.413,09, constante no Relatório de Auditoria referente ao exercício de 1999.

Identificado o problema, foi constituída Comissão Especial para apurar as diferenças existentes apontadas no dito relatório, o que foi feito através de Portaria nº 540, de 4/11/1999.

Aquela Comissão identificou que o problema estava relacionado com o Termo de Cessão nº 01/95, que transferiu patrimônio para a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, sem a devida compatibilização na contabilidade.

Constatou, também, que algumas diferenças foram geradas em função de determinados bens que foram inscritos em “Restos a Pagar”.

Finalmente, a mesma Comissão apurou uma diferença de R\$13.091,60, que foi considerado como provavelmente proveniente de diferenças existentes em anos anteriores a 1995.

Estas conclusões estão inseridas no Parecer de Avaliação da referida Comissão.

Na seqüência, o Presidente da mesma Comissão efetuou, de forma pouco ortodoxa, o lançamento da diferença apurada na conta contábil 142120800, transferindo, desta forma, o Termo de Cessão nº 01/95 para a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

Em 9/11/2001, dois membros da Comissão solicitaram dissolução da mesma em virtude do afastamento do seu presidente para tratamento de saúde.

Paralelamente aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão anterior, o setorial de patrimônio do CEFET/SC deu andamento às atividades de transferência de todas as informações relacionadas com o patrimônio para um novo sistema computacional, tendo em vista que o sistema anterior foi atingido pelo “bug do milênio”, conforme se constata no Parecer da Comissão Permanente de Avaliação.

Posteriormente, em dezembro de 2001, foi iniciado um trabalho de reclassificação dos bens, de material permanente para material de consumo, de acordo com a Norma de Execução nº 04/97, da Coordenadoria Geral de Contabilidade do Ministério da Fazenda. Este trabalho atingiu todo o patrimônio da Instituição.

Recentemente, em virtude de ainda existirem questões pendentes relativamente ao patrimônio da Instituição, como reclassificação dos bens cujos códigos estão dissonantes em relação aos códigos do SIAFI, re-etiquetagem de todos os bens, conferência dos relatórios e conseqüente ajuste de diferenças residuais entre o inventário físico e financeiro, foi retomado os trabalhos de regularização patrimonial.

Desta forma, foi constituída Comissão através da Portaria nº 336, de 10/12/2002, que já apresentou cronograma de atividades a serem desenvolvidas, onde consta minuciosa identificação de objetivos a serem atingidos.

Demonstramos, desta forma, que a Direção desta Instituição vem envidando todos os esforços no sentido de regularizar todos os pontos indicados nas auditorias mencionadas. Colocamos toda a documentação relacionada com os fatos citados acima a inteira disposição desta Corregedoria para verificação *in loco*. Deixamos de juntar cópia integral dos processos mencionados, posto que o volume de documentos é bastante amplo.

2. Regularize o Cadastro dos Servidores, com especial atenção à atualização dos dados do SIAPE;

Resposta: Já regularizado.

3. Atualize os laudos de atividade perigosa;

Resposta: Já regularizados.

4. Providencie imediatamente o laudo de avaliação dos ambientes alugados para terceiros a fim de determinar o real valor do aluguel.

Resposta: Informamos que o CEFET/SC providenciou os Referidos Laudos e com base nos mesmos irá providenciar a atualização dos valores visto que estão com base no exercício de 2000.

5. Providencie as condições de uso de SIREP.

Resposta: Já regularizado.

6. Relate o que foi apurado a respeito de devolução de saldo de suprimento de fundos, após o prazo, inclusive quanto ao parcelamento de devolução (item 3.1.2 do Relatório de Auditoria da GRCI 070367);

Resposta: Informamos que as devoluções em atraso já não mais ocorrem, visto que o CEFET/SC providenciou treinamento aos supridos. Quando ocorrem são devidamente justificados, pois o CEFET/SC possui duas unidades descentralizadas cuja manutenção fica a cargo da Unidade Sede e as prestações são conferidas na Sede. Quanto a devolução parcelada do referido suprimento (processo 0887) ocorreu porque o suprido apresentou notas que não estavam de acordo com a legislação e desta forma teve que efetuar a devolução do valor correspondente às referidas notas.

7. Formalize corretamente os processos de licitação, anexando os atos de homologação e adjudicação, numerando as páginas, arquivando os documentos na ordem cronológica do acontecimento dos fatos.

Resposta: Já regularizado.

8. Fornecer as providências adotadas quanto às diligências ou decisões da SECEX/TCU, porventura destinadas a essa Unidade.

Assunto: Item 2.c) do Ofício 580/2001 de 16/11/2001 do TCU referente processo TC n. 007.885/2000-3

Resposta: O CEFET/SC, através da Portaria nº 136 de 10/06/02, constituiu Comissão para apurar o ponto citado pelo Tribunal de Contas da União relativo ao pagamento imediato dos valores recolhidos e não pagos, referente ao Plano de Seguridade do Servidor e ao IRRF (Relatório de Auditoria nº 43692/GRCI/SC, de 30/3-2000). Informamos que a referida comissão tem o objetivo de apurar o fato citado para que possamos subsidiar processo de solicitação

de orçamento junto a SEMTEC. Informamos também que os trabalhos ainda não foram concluídos visto que são documentos do exercício de 1995 e, naquele ano, e CEFET/SC foi alvo de uma grande cheia, o que levou ao extravio de parte dos documentos.

C - Solicitação de Auditoria nº 107022/4:

Atendendo solicitação de Vossa Senhoria a respeito do item 4, do Relatório de Auditoria nº 107022/4, da Corregedoria-Geral da União em SC, esta Gerência de Recursos Humanos tem a informar:

1 - Os servidores estão percebendo valores na rubrica de sentença judicial, cujos processos estão arquivados nesta Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos, as quais estão lançados no SICAJ.

Informo, que os referidos processos não estão arquivados na pasta funcional dos servidores por serem processos com grande volume de folhas, mas que os mesmos estão a disposição para averiguação.

2 - Anexamos cópia do Certificado de Conclusão do Curso de Engenheiro de Segurança do Trabalho, bem como cópia da Portaria nº 344, de 16/12/87, que concede o percentual referente ao título de especialista;

3 - O servidor Sérgio Veríssimo Ribeiro, passou a perceber o valor de R\$ 407,20, referente a GID, após avaliação do Comitê de Avaliação Docente - CAD.

4 - Anexamos a título de amostra cópia de Portarias de concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade referente aos exercícios de 2000, 2001 e 2002, a fim de demonstrar que as mesmas estão sendo atualizadas.

No tocante ao adicional noturno, este CEFET/SC, não emite portaria. O pagamento se dá através da verificação da Ficha Ponto, pela Coordenadoria de Cadastro.

5 - Os processos de concessão do Regime de Dedicção Exclusiva, após passarem pelos órgãos competentes, são anexados na pasta funcional do servidor. Quanto a carga horário dos professores as mesmas ficam nas respectivas gerências educacionais.

D - Vimos a presença de Vossa Senhoria, em atenção ao ofício nº 930/2002/CGU/SC de 19 de dezembro de 2002 informar que:

5. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 SUBÁREA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO

5.1.1 ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de empenho com garantia de pagamento Contra Entrega.

JUSTIFICATIVA:

O CEFET/SC ainda não efetuou a modalidade de Empenho Garantia de pagamento, tendo em vista a não disponibilização pela SPO dos limites de saque para referida utilização. A primeira disponibilização ocorreu em 1999 na conta 112161400 através do doc. 1999NL054282 e posteriormente pelo doc. 1999NL055389. Em 2000 a conta foi zerada e até então não mais disponibilizados valores para utilização. O decreto 3.746/2001 determina a utilização da conta criada pelo Decreto 2.439/1997, e determina como uma das exigências para utilização, o cadastro do fornecedor no SICAFI. Esta determinação já é obedecida pelo CEFETSC, e normalmente o pagamento é efetuado dentro do prazo estabelecido pelo decreto.

ANEXOS

Tabela 1
CEFET/SC – INSCRIÇÃO PARA INGRESSO E VAGAS – 2001 / 2002
ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

CURSOS	2001			2002		
	Inscritos	Vagas	Relação	Inscritos	Vagas	Relação
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS						
Ensino Médio	2.473	330	7,5	2.380	300	7,9
Ensino Técnico	41	36	1,1	-	-	-
Automação Industrial	172	76	2,3	282	144	2,0
Edificações	424	132	3,2	302	71	4,3
Eletrônica	276	92	3,0	300	110	2,7
Eletrotécnica	531	48	11,1	638	66	9,7
Enfermagem	85	76	1,1	98	74	1,3
Geomensura	859	48	17,9	617	50	12,3
Informática	154	92	1,7	147	80	1,8
Mecânica	149	24	6,2	93	28	3,3
Meio Ambiente	272	20	13,6	-	-	-
Radiologia	70	24	2,9	58	50	1,2
Saneamento	425	64	6,6	379	64	5,9
Segurança do Trabalho						
Ensino Superior Tecnológico	-	-	-	221	32	6,9
Automação Industrial	-	-	-	255	24	10,6
Design de Produto	-	-	-	180	36	5,0
Sistemas Digitais						
TOTAL DA UNIDADE	5.931	1.062	5,6	5.950	1.137	5,2
UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ						
Ensino Médio	1.308	180	7,3	1.378	160	8,6
Ensino Técnico	194	90	2,2	187	100	1,9
Refrigeração e Ar Condicionado	1.007	108	9,3	917	160	5,7
Telecomunicações						
TOTAL DA UNIDADE	2.509	378	6,6	2.482	420	5,9
UNIDADE DE ENSINO DE JARAGUÁ DO SUL						
Ensino Técnico	251	60	4,2	478	125	3,8
Eletromecânica	113	45	2,5	157	72	2,2
Têxtil						
TOTAL DA UNIDADE	364	105	3,5	635	197	3,2
TOTAL DO CEFET/SC						
Ensino Médio	3.781	510	7,4	3.758	460	8,2
Ensino Técnico	5.023	1.035	4,9	4.653	1.194	3,9

Ensino Superior Tecnológico	-			656	92	7,1
TOTAL GERAL	8.804	1.545	5,7	9.067	1.746	5,2
ÍNDICE DE ABSORÇÃO		17,5			19,3	

Fonte: COPEC e Unidade de Ensino de São José

Tabela 2
CEFET/SC – MATRÍCULA ANUAL – 2001 / 2002
ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO – CURSOS REGULARES

CURSO	MATRÍCULA ANUAL	
	2001	2002
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS		
Ensino Médio	900	973
<i>Ensino Técnico</i>	90	29
Agrimensura	27	22
Automação Industrial	374	375
Edificações	355	214
Eletrônica	459	354
Eletrotécnica	115	127
Enfermagem	61	131
Geomensura	24	14
Hotelaria	70	111
Informática	405	310
Mecânica	20	22
Meio Ambiente	54	21
Radiologia	194	137
Saneamento	116	114
Segurança do Trabalho	26	17
Turismo		
<i>Ensino Superior Tecnológico</i>	-	32
Automação Industrial	-	24
Design de Produto	-	36
Sistemas Digitais		
TOTAL DA UNIDADE	3.290	3.063
UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ		
Ensino Médio	394	440
<i>Ensino Técnico</i>	152	151
Refrigeração e Ar Condicionado	225	254
Telecomunicações		
TOTAL DA UNIDADE	771	845
UNIDADE DE ENSINO DE JARAGUÁ DO SUL		
<i>Ensino Técnico</i>	221	286
Eletromecânica	187	173
Têxtil		
TOTAL DA UNIDADE	408	459
TOTAL DO CEFET/SC		
Ensino Médio	1.294	1.413
Ensino Técnico	3.175	2.862
Ensino Superior Tecnológico	-	92
TOTAL GERAL	4.469	4.367
VARIAÇÃO TOTAL		- 2,3%

Fonte: Unidades de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul.

Notas: - Na matrícula anual foi considerada a matrícula inicial do 2º semestre, acrescida do número de alunos formados no 1º semestre.

- A Unidade de Ensino de São José manteve, ainda, gratuitamente, 22 alunos no

curso de especialização (pós-médio) em RAC e 21 alunos no curso de educação básica para surdos, totalizando 4.410 alunos atendidos gratuitamente pelo CEFET/SC em 2002.

CEFET/SC / DAP

Tabela 3
CEFET/SC – MATRÍCULA ANUAL – 2001 / 2002
CURSOS TÉCNICOS DE EXTENSÃO

CURSO TÉCNICO	MATRÍCULA ANUAL	
	2001	2002
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS		
Edificações	20	20
Eletrotécnica	55	30
Enfermagem	148	92
Enfermagem do Trabalho	-	18
Radiologia	33	31
Segurança do Trabalho	223	120
TOTAL DA UNIDADE	479	311
UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ		
Refrigeração e Ar Condicionado	-	14
UNIDADE DE ENSINO DE JARAGUÁ DO SUL		
Informática	57	55
TOTAL GERAL	536	380
VARIAÇÃO TOTAL		- 29,1%

Fonte: Unidades de Ensino de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul.

Nota: Na matrícula anual foi considerada a matrícula inicial do 2º semestre, acrescida do número de alunos formados no 1º semestre.

Tabela 4
CEFET/SC – RENDIMENTO ESCOLAR NO 1º SEMESTRE DE 2002
ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – CURSOS REGULARES E DE EXTENSÃO

CURSO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	% Permanência	APROVADOS	% * Aprovados
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS					
	820	777	94,8	709	86,5
<i>Ensino Médio</i>					
<i>Ensino Técnico</i>	44	44	100,0	29	65,9
Agrimensura	22	22	100,0	19	86,4
Automação Industrial	187	181	96,8	143	76,5
Edificações **	196	168	85,7	121	61,7
Eletrônica	366	326	89,1	314	85,8
Eletrotécnica	187	174	93,0	171	91,4
Enfermagem	115	97	84,3	66	57,4
Geomensura	14	14	100,0	11	78,8
Hotelaria	80	74	92,5	59	73,7
Informática	291	267	91,8	225	77,3
Mecânica	32	22	68,7	22	68,7
Meio Ambiente	53	52	98,1	52	98,1
Radiologia	118	104	88,1	74	62,7
Saneamento	201	198	98,5	179	89,1
Segurança do Trabalho	17	17	100,0	12	70,6
<i>Turismo</i>					
<i>TOTAL DA UNIDADE</i>	2.743	2.537	92,5	2.206	80,4
UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ					
	420	405	96,4	393	93,6
<i>Ensino Médio</i>					
<i>Ensino Técnico</i>	124	91	73,4	81	65,3
Refrigeração e Ar Condicionado	231	148	64,1	114	49,3
Telecomunicações					
<i>TOTAL DA UNIDADE</i>	775	644	83,1	588	75,9
UNIDADE DE ENSINO DE JARAGUÁ DO SUL					
	219	208	95,0	208	95,0
<i>Ensino Técnico</i>					
Eletromecânica	58	58	100,0	56	96,6
Informática	163	135	82,8	105	64,4
Têxtil					
<i>TOTAL DA UNIDADE</i>	440	401	91,1	369	83,9
TOTAL DO CEFET/SC					
Ensino Médio	1.240	1.182	95,3	1.102	88,9
Ensino Técnico	2.718	2.400	88,3	2.061	75,8

<i>TOTAL GERAL</i>	3.958	3.582	90,5	3.163	79,9
---------------------------	--------------	--------------	-------------	--------------	-------------

Fonte dos dados brutos: Unidades de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul.

* Calculado em relação à matrícula inicial do semestre.

** Excluídos os dados do curso por módulos, tendo em vista que sua composição curricular se completa no ano letivo, não no semestre.

Tabela 5
CEFET/SC – RENDIMENTO NO PERCURSO ESCOLAR *
2º SEMESTRE DE 1999 AO 1º SEMESTRE DE 2002
CURSOS TÉCNICOS REGULARES E DE EXTENSÃO

CURSO	MATRÍCULA NO INÍCIO DO CURSO	CONCLUIN- TES 1º SEM. 2002	% CONCLUIN- TES
UNIDADE DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS			
Agrimensura	69	29	42,0
Automação Industrial	22	10	45,5
Edificações	119	59	49,6
Eletrônica	106	37	34,9
Eletrotécnica	126	45	35,7
Enfermagem	68	57	83,8
Geomensura	23	14	60,9
Informática	35	16	45,7
Mecânica	94	54	57,4
Radiologia	55	52	94,5
Saneamento	27	9	33,3
Segurança do Trabalho	113	90	79,6
TOTAL DA UNIDADE	789	472	59,8
UNIDADE DE ENSINO DE SÃO JOSÉ			
Refrigeração e Ar Condicionado	50	6	12,0
Telecomunicações	81	18	22,2
TOTAL DA UNIDADE	131	24	18,3
UNIDADE DE ENSINO DE JARAGUÁ DO SUL			
Eletromecânica	75	34	45,3
Têxtil	96	53	55,2
TOTAL DA UNIDADE	171	87	50,9
TOTAL DO CEFET/SC	1.091	583	53,4

Fonte dos dados brutos: Unidades de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul

* Considerou-se *percurso escolar* o tempo total de duração dos cursos técnicos:
3 ou 4 semestres para os cursos pós-médios e da 3ª à 6ª ou 8ª fase para os cursos integrados.

Tabela 6
CEFET/SC – PESSOAL DOCENTE POR UNIDADE DE ENSINO – 2002
REGIME DE TRABALHO

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES POR UNIDADE DE ENSINO			
	Florianópolis	São José	Jaraguá do Sul	Total
QUADRO PERMANENTE				
40 horas com DE	219	57	12	288
40 horas	20	4	2	26
20 horas	18	5	1	24
SUBTOTAL	257	66	15	338
QUADRO TEMPORÁRIO				
40 horas com DE	-	-	-	-
40 horas	18	8	11	37
20 horas	1	1	1	3
SUBTOTAL	19	9	12	40
TOTAL GERAL	276	75	27	378

Fonte: GDRH

Tabela 7

CEFET/SC – PESSOAL DOCENTE POR UNIDADE DE ENSINO – 2002
GRAU DE FORMAÇÃO

GRAU DE FORMAÇÃO	Nº DE DOCENTES POR UNIDADE DE ENSINO			
	Florianópolis	São José	Jaraguá do Sul	Total
QUADRO PERMANENTE				
Doutorado	8	3	-	11
Mestrado	72	31	3	106
Especialização	128	22	8	158
Aperfeiçoamento	0	0	0	0
Graduação	49	8	1	58
Ensino Médio	0	2	3	5
SUBTOTAL	257	66	15	338
QUADRO TEMPORÁRIO				
Doutorado	0	0	0	0
Mestrado	3	0	0	3
Especialização	0	3	2	5
Aperfeiçoamento	0	0	0	0
Graduação	16	2	3	21
Ensino Médio	0	4	7	11
SUBTOTAL	19	9	12	40
TOTAL GERAL	276	75	27	378

Fonte: GDRH

Tabela 8

**CEFET/SC – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR UNIDADE DE ENSINO – 2002
REGIME DE TRABALHO**

REGIME DE TRABALHO	Nº DE SERVIDORES POR UNIDADE DE ENSINO			
	Florianópolis	São José	Jaraguá do Sul	Total
40 horas	176	68	1	245
30 horas	6	3	0	9
20 horas	1	2	0	3
TOTAL	183	73	1	257

Fonte: GDRH

Tabela 9

**CEFET/SC – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR UNIDADE DE ENSINO – 2002
CARGOS OCUPADOS**

CARGO	Nº DE SERVIDORES POR UNIDADE DE ENSINO			
	Florianópolis	São José	Jaraguá do Sul	Total
Nível Superior	32	19	0	51
Nível Médio	132	41	1	174
Nível Auxiliar	19	13	0	32
TOTAL	183	73	1	257

Fonte: GDRH

Tabela 10

**CEFET/SC – PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR UNIDADE DE ENSINO – 2002
GRAU DE FORMAÇÃO**

GRAU DE FORMAÇÃO	Nº DE SERVIDORES POR UNIDADE DE ENSINO			
	Florianópolis	São José	Jaraguá do Sul	Total
Doutorando	0	0	0	0
Mestrado	6	3	0	9
Especialização	13	9	0	22
Aperfeiçoamento	0	0	0	0
Graduação	53	28	1	82
Ensino Médio	68	21	0	89
Ens. Fundamental completo	12	9	0	21
Ens. Fundamental incompleto	31	3	0	34

TOTAL	183	73	1	257
--------------	------------	-----------	----------	------------

Fonte: GDRH

INDICADORES – MÉTODO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

INDICADORES DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO ENSINO

- **Taxa de resposta à demanda** - $\frac{\text{Vagas}}{\text{Inscrições}} \times 100$ Ensino Médio = $\frac{460}{3.758} \times 100$
 Ensino Técnico = $\frac{1.202}{4.653} \times 100$ Ensino Tecnológico = $\frac{92}{656} \times 100$ Total = $\frac{1.754}{9.067} \times 100$
- **Índice de eficiência (permanência)** - $\frac{\text{Matrícula final}}{\text{Matrícula inicial}} \times 100$
 Ensino Médio = $\frac{1.182}{1.240} \times 100$ Ensino Técnico = $\frac{2.400}{2.718} \times 100$ Total = $\frac{3.582}{3.958} \times 100$
- **Índice de eficiência (aprovação)** - $\frac{\text{Aprovados}}{\text{Matrícula Inicial}} \times 100$
 Ensino Médio = $\frac{1.018}{1.240} \times 100$ Ensino Técnico = $\frac{2.045}{2.718} \times 100$ Total = $\frac{3.063}{3.958} \times 100$
- **Índice de eficácia no Ensino Técnico** – $\frac{\text{Concluintes no ano Y}}{\text{Iniciantes no Técnico no ano X}} \times 100$ $\frac{583}{1.091} \times 100$
- **Coefficiente alunos/professor** - $\frac{\text{Matrícula anual gratuita}}{\text{Total de docentes}}$ $\frac{4.410}{378}$
- **Taxa de docentes em tempo integral** - $\frac{\text{Docentes com 40h e DE e com 40h}}{\text{Total de docentes}} \times 100$ $\frac{351}{378} \times 100$
- **Índice de qualificação do corpo docente** -
 Os cinco grupos – Sem Graduação, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado – recebem ponderação de 1 a 5.
 $\frac{\text{SG} + 2(\text{G}) + 3(\text{E}) + 4(\text{M}) + 5(\text{D})}{5 \times (\text{G} + \text{E} + \text{M} + \text{D})} \times 100$ $\frac{16 + 158 + 489 + 436 + 55}{5 (378)} \times 100$ $\frac{1.154}{1.890} \times 100$
- **Taxa de docentes com pós-graduação** - $\frac{\text{E} + \text{M} + \text{D}}{\text{Total de docentes}} \times 100$ $\frac{283}{378} \times 100$

INDICADORES DE DESEMPENHO NOS GASTOS

- **% de gastos com pessoal**
Considera-se as despesas com pessoal ativo, benefícios, pessoal temporário, aposentados e pensões e precatórios, em relação à despesa realizada total (em R\$).

$$\frac{\text{Despesa com pessoal}}{\text{Despesa realizada total}} \times 100 = \frac{27.460.415,84}{30.544.820,30} \times 100$$

- **% de gastos de pessoal com ativos (R\$)**

$$\frac{\text{Despesa com pessoal ativo + benefício}}{\text{Total de despesa com pessoal}} \times 100 = \frac{21.387.737,98}{27.460.415,84} \times 100$$

- **% de gastos de pessoal com inativos (R\$)**

$$\frac{\text{Despesa com aposentados e pensões}}{\text{Total de despesa com pessoal}} \times 100 = \frac{6.067.040,14}{27.460.415,84} \times 100$$

- **% de gastos de pessoal com precatórios (R\$)**

$$\frac{\text{Despesas com precatórios}}{\text{Total de despesas com pessoal}} \times 100 = \frac{12.637,72}{27.460.415,84} \times 100$$

- **% de gastos com outros custeios (R\$)**

$$\frac{\text{Outras despesas correntes}}{\text{Despesa realizada total}} \times 100 = \frac{2.230.794,95}{30.544.820,30} \times 100$$

- **% de gastos de outros custeios com custeio básico (R\$)**

$$\frac{\text{Despesas com luz, água e telefone}}{\text{Outras despesas correntes}} \times 100 = \frac{429.959,62}{2.230.794,95} \times 100$$

- **% de gastos com investimento (R\$)**

$$\frac{\text{Despesas de capital e convênio PROEP}}{\text{Despesa realizada total}} \times 100 = \frac{853.609,51}{30.544.820,30} \times 100$$

- **% de gastos com investimentos em relação a OCC (R\$)**

$$\frac{\text{Despesas de capital e convênio PROEP}}{\text{Outras despesas correntes + capital + PROEP}} \times 100 = \frac{853.609,51}{3.084.404,46} \times 100$$

- **% de gastos com outras fontes (R\$)**

$$\frac{\text{Total de gastos com recursos de outras fontes}}{\text{Total de gastos com recursos do Tesouro}} \times 100 = \frac{243.627,57}{30.301.192,73} \times 100$$

- **% de gastos com convênios (R\$)**

$$\frac{\text{Despesa convênios PROEP + SEMTEC + FUNCITEC}}{\text{Despesa realizada total}} \times 100 = \frac{648.261,64}{30.544.820,30} \times 100$$

- **Gastos com locação de mão-de-obra por m2 construído (R\$)**

<u>Despesa com locação com locação de mão-de-obra</u>	<u>450.820,85</u>
Área construída total (m2)	32.308,31

- Gastos com energia elétrica por m2 construído (R\$)

Despesa com energia elétrica 217.581,85

Área construída total (m2) 32.308,31

- Gastos com passagens e diárias por docente em exercício (R\$)

Despesa com passagens e diárias 254.885,95

Total de docentes em exercício 378

- Gastos com passagens e diárias por servidor em exercício (R\$)

Despesa com passagens e diárias 254.885,95

Total de servidores em exercício 635

- Gastos totais por aluno (R\$)

Despesa realizada total 30.544.820,30

Matrícula anual gratuita 4.410

- Gastos de pessoal por aluno (R\$)

Total de despesa com pessoal 27.460.415,84

Matrícula anual gratuita 4.410

- Gastos correntes por aluno (sem inativos e precatórios)

Despesas correntes 23.607.714,08

Matrícula anual gratuita 4.410

- Gastos correntes por aluno (com inativos e precatórios)

Despesas correntes totais 29.691.210,79

Matrícula anual gratuita 4.410

- Gastos de capital por aluno (R\$)

Despesas de capital e convênio PROEP 853.609,51

Matrícula anual gratuita 4.410